



By @kakashi_copiador



Estratégia
Concursos



Estratégia
Concursos



**LEI DE
RESPONSABILIDADE
FISCAL
(LC nº 101/2000)**





LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:
DA RECEITA PÚBLICA – DA PREVISÃO E DA
ARRECADAÇÃO
(ARTIGOS 11 AO 13)

Prof. Gabriela
Zavadinack

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a **instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os TRIBUTOS** da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. **É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput*, no que se refere aos IMPOSTOS.**

Art. 25, § 3º, LRF: § 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetua-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º **Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.**

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. [\(Vide ADI 2238\)](#)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, **no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.**

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em **metas bimestrais de arrecadação**, com a especificação, em separado, quando cabível:

- das medidas de combate à evasão e à sonegação,
- da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa,
- bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.



OBRIGADA!

Prof. Gabriela
Zavadinack

FALE COMIGO



@gabiprofessora



Estratégia
Concursos